



Consentimento Informado

De acordo com a legislação civil brasileira é clara a obrigação da instituição e dos profissionais da saúde de prestar aos seus pacientes todas as informações acerca da terapia a que este será submetido e os riscos a ela inerentes, existindo, também, disposições no Código de Defesa do Consumidor (arts. 6º, 14 e 31) nesse sentido. Da mesma forma, o Código de Ética Médica estabelece em seus artigos 46, 49 e 59 que é vedado ao médico realizar procedimento médico sem o esclarecimento e consentimento prévios do paciente ou seu responsável legal, bem como deixar de prestar informações sobre o diagnóstico, prognóstico e riscos e objetivos do tratamento.

ASSUNTO LEGAL

Nesse sentido, é indiscutível que o profissional da saúde deve respeitar os direitos e a vontade do paciente, buscando seu bem-estar e evitando, na medida do possível, qualquer risco à vida, tendo em vista sempre a obrigação de não acarretar dano ao paciente, já que são direitos básicos deste o de não ser constrangido a submeter-se, com risco de morte, a terapia ou cirurgia, e, também, o de não aceitar a continuidade terapêutica (art. 15, do Código Civil).

Assim, nos procedimentos médicos que envolvam riscos de grave lesão ou de morte ao paciente, o consentimento informado é medida indispensável, cuja comprovação é feita por meio de documento escrito, no qual devem constar todas as orientações, informações e esclarecimentos fornecidos ao paciente, bem como a concordância expressa deste no tocante à realização do procedimento médico. O documento deve trazer informações de fácil entendimento, sem abuso dos termos técnicos, além de indicar de forma clara os riscos decorrentes da realização do procedimento médico (incluindo exames de radiodiagnóstico), bem como a frequência de ocorrência de eventuais complicações, destacando-se, previamente, a possibilidade de ocorrência do evento morte, quando for o caso.

Nos exames contrastados o consentimento informado assume especial importância, já que a administração do contraste pode apresentar riscos decorrentes de reações alérgicas. No caso dos exames que empregam contraste iodado inexistem, até o momento, teste específico e disponível apto a afastar por completo a ocorrência da reação alérgica, que, em casos raros, podem evoluir, inclusive, para a morte do paciente. A esse respeito, em particular, o profissional responsável pela realização do exame contrastado deve promover um juízo quanto aos riscos da utilização do contraste em cada paciente. É por esse motivo que a coleta prévia de dados dos pacientes sobre potenciais fatores alérgicos se torna fundamental, posto que essa providência poderá contribuir a um convencimento quanto a eventual contra-indicação do procedimento, ainda que solicitado pelo médico assistente.

Não há uma norma específica quanto à forma que deve se revestir o termo de consentimento informado. Porém, o razoável é que nele seja possível identificar as informações prestadas ao paciente sobre a terapêutica a ser empregada, os riscos inerentes ao procedimento, bem como a capacidade de entendimento inequívoco do paciente e a autorização deste para a continuidade do tratamento/exame. Além disso, há que se propiciar

a livre manifestação do paciente relativamente a quaisquer outras questões que não constem no aludido questionário.

Destacamos que os tribunais brasileiros vêm firmando o entendimento de que a ausência de consentimento informado, nos casos em que o paciente morre ou sofre danos à sua saúde em razão de procedimento médico, caracteriza hipótese de culpa grave, na modalidade negligência, atraindo para o estabelecimento e para o médico o dever de indenizar o mal causado. Portanto, a formalização do consentimento informado, decorrente, como vimos, de obrigação legal e ética, atrai a presunção de culpa do profissional e do estabelecimento de saúde, razão pela qual deve ser sempre colhido previamente à realização do exame contrastado e anexado ao respectivo prontuário do paciente.

Como se vê, o consentimento informado, além de ser uma medida indispensável segundo as normas ético-profissionais e legais vigentes, também confere maior segurança aos estabelecimentos de saúde e aos médicos, que, se acionados judicialmente por erro profissional, terão elemento de prova fundamental à sua defesa.

Dr. Ednilson Feitosa é advogado da área de direito administrativo da assessoria jurídica do CBR